

ASSENTAMENTOS PAULO FREIRE I E II: O PROCESSO DE LUTA PELA TERRA*

PAULO FREIRE SETTINGS I AND II: THE LAND FIGHTING PROCESS

Messias Vieira Barbosa 1

Resumo: Este estudo visou analisar o processo de luta que resultou na formação dos assentamentos Paulo Freire I e II, uma luta política, econômica e social, historicamente travada pelos camponeses ao longo do tempo com intuito de conquistar e reconquistar a terra. A questão agrária na região Norte do país, onde destaco o Estado do Tocantins, desde a década de 1970 do século XX, passa por um intenso processo de exploração e extinção dos recursos naturais, de exploração e expropriação dos camponeses, provocado principalmente pelo avanço da fronteira agrícola. Conclui-se que grande parte da evasão de famílias dos assentamentos Paulo Freire I e II ocorrem por diversos fatores: estão relacionadas à qualidade da terra, que não é apropriada para agricultura, à falta de assistência técnica quanto à produção e à garantia de comercialização dos produtos; também à falta de serviços de atenção social, a inexistência de estradas adequadas, à falta de atendimento educacional, de atenção à saúde e à inexistência de espaços de lazer.

Palavras-chave: Movimento sem terra. Luta pela terra. Assentamentos Paulo Freire I e II.

Abstract: This study on the Paulo Freire I and II settlement aimed to analyze the process of struggle that resulted in the formation of the settlement, a political, economic and social struggle historically waged by peasants over time in order to conquer and regain the land. The agrarian question in the northern region of the country, where I highlight the state of Tocantins, since the 1970s of the twentieth century, is undergoing an intense process of exploitation and extinction of natural resources, exploitation and expropriation of peasants, mainly caused by the advance of agricultural frontier. It is concluded that most of the evasion of families from the Paulo Freire I and II settlement occurs due to several factors: it is related to the quality of the land that is not suitable for agriculture, the lack of technical assistance regarding the production and the guarantee of commercialization of the products; lack of social care services, adequate roads, lack of educational and health care, and lack of leisure spaces.

Keywords: Movement without land. Fight for the land. Paulo Freire I and II settlements.

Introdução

O estudo sobre os assentamentos Paulo Freire I e II buscou analisar o processo de luta que contribuiu para a formação desses assentamentos; um processo de luta política, econômica e social incansável, historicamente travada pelos camponeses ao longo do tempo com intuito de conquistar e reconquistar a terra. Uma disputa que envolve, além dos camponeses, os latifundiários e o Estado brasileiro que, ao se posicionar contra os camponeses, contribuiu para adotar medidas que resultaram na apropriação do território, na ação política de distribuição terras por parte do Estado e também na exploração da força de trabalho¹. É um modelo proveniente de experiências desenvolvidas pelos europeus a partir do século XVI em diversas localidades do continente americano e africano. Essas ações constituíram como um dos elementos para o surgimento da questão agrária no Brasil. (ANDRADE, 1988).

Diante desta situação o Estado brasileiro, apoiado em bases extremamente conservadoras, criou meios para que os exploradores, contrário às mudanças impostas pelo capitalismo, não fossem prejudicados, contrariando os propósitos do capitalismo. Entretanto, pressionado por esse mesmo capitalismo, adotou medidas que culminaram na criação da lei de terras de Nº. 601, de setembro de 1850 e posteriormente a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, conhecida pela “libertação” dos escravos. No geral, essas leis contribuíram para inviabilizar todas as possibilidades dos camponeses terem acesso a terra por meios legais e ao mesmo tempo participarem do processo de exploração menos agressivo. Diante dessa situação, os conflitos resultantes da luta pela terra se tornaram inevitáveis. Luta essa que até hoje, início do século XXI, permanecem com altos índices de violência e injustiça social no campo. (BARBOSA, 2009, p. 14).

Nesse sentido se apresenta a questão agrária na região Norte do país, onde destaco o Estado do Tocantins, um território em que, desde a década de 1970 do século XX, o campo atravessa um intenso processo de exploração e extinção dos recursos naturais, de exploração e expropriação dos camponeses, provocado principalmente pelo avanço da fronteira agrícola que procura de todas as formas, avançar sobre todas as áreas, transformando o ambiente natural e social numa paisagem sem vida. Um fenômeno que inicialmente passa uma falsa impressão de “crescimento, desenvolvimento econômico” dos territórios (municípios e região), um reflexo que ludibria autoridades políticas, governamentais, empresas privadas instituições de ensino e a sociedade civil. (BARBOSA, 2009).

No Tocantins, a exemplo do que ocorreu e ocorre em outros Estados do país, os fatores provocados pela agricultura capitalista têm-se constituído em um entrave para o avanço da reforma agrária. As lutas e perspectivas de conquistas dos camponeses têm sofrido inúmeras frustrações, pois o Estado brasileiro e o controle da agricultura capitalista sempre contribuíram para limitar e inviabilizar políticas que possam beneficiar a classe camponesa.

Entretanto, faz-se necessário que os camponeses continuem lutando, buscando se organizarem por meio dos movimentos sociais de massa, por meio dos movimentos sindicais, por meio dos movimentos de pastorais sociais (Igreja) e por grupos de movimento social ocasional² que recorrem a órgãos oficiais e instituição econômica (programa crédito fundiário) com objetivo de conquistar e reconquistar da terra. Porém, o histórico de luta pela terra, em sua maioria, tem mostrado que os camponeses que não estão organizados em movimentos sociais de massa, em movimentos sindicais ou em movimentos de pastorais sociais, costumam encontrar mais dificuldades no momento de articular ações de organização e resistência durante o processo de luta de conquista terra.

Essa análise do assentamento parte do território, das narrativas dos personagens envolvidos no processo de formação do assentamento, dos registros das imagens das estruturas sociais, das atividades produtivas e das estruturas-moradias das famílias camponesas. O trabalho apresenta um conjunto de ações envolvendo os mais diversos aspectos manifestados pelos sujeitos em um processo dinâmico na luta pela terra relacionando o tempo passado ao tempo presente, possibilitando uma aproximação da realidade dos assentamentos Paulo Freire I e II.

¹Escravidão dos povos indígenas e a utilização de escravos vindos da África.

²Organização de camponeses que pauta sua luta numa conquista específica e limitada.

A localização e caracterização

Os assentamentos Paulo Freire I e II tiveram suas formações a partir da luta dos camponeses do Movimento dos Sem Terra (MST) no Estado Tocantins, que residiram no acampamento Paulo Freire, montado à margem direita da rodovia Belém Brasília (BR-153), sentido Sul a Norte, município de Rio dos Bois-TO, entre as cidades de Rio dos Bois e Miranorte-TO, próximo ao antigo posto de gasolina Tupi, um posto que já se encontrava desativado à época (2001). O assentamento se encontrava localizado a 15 km da margem direita da rodovia BR-153 sentido (Brasília a Belém) e a 120 km da capital-Palmas. O município de Rio dos Bois tem uma área 845,06 km² e uma população de 2.470 habitantes (censo 2010). O município foi criado pela Lei 255 de 20 fevereiro de 1991.

Mapa 1: Localização dos assentamentos Paulo Freire I e II



Fonte: depoimento pessoal do autor que organizou o assentamento em 2016.

Esse mapa acima mostra a localização dos assentamentos Paulo Freire I e II, um território camponês criado a partir da luta do Movimento Sem Terra, que pressionou o INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, na Superintendência Regional do Incra (SR-26) e, com isso, foi criado o referido assentamento. Foi implantado numa área de 4.638 hectares, agrupando assim três imóveis rurais, que eram as fazendas Toca do Boi, São Sebastião e Sombra da Mata. Nas áreas que pertenciam às fazendas Toca do Boi e São Sebastião, foram destinadas para o assentamento de 107 famílias. Já a área que pertencia à fazenda Sombra da Mata, foi destinada para o assentamento de 45 famílias. Para o INCRA, os três imóveis rurais constituíram-se numa só área, dividida em 152 parcelas/lotes que resulta, em média, 22 hectares para cada parcela/lote, onde foram assentadas o total de 152 famílias. (INCRA, 2004).

Para se chegar até o assentamento Paulo Freire I e II, percorrem-se as seguintes vias: inicia-se na cidade de Rio dos Bois, sentido norte, percorre-se 15 km por uma estrada vicinal cascalhada e chega-se à parte do assentamento Paulo Freire I - margem direita do Córrego Rio dos Bois. A outra via de acesso sai da cidade de Rio dos Bois, percorre-se 25 km por uma estrada vicinal cascalhada, chega-se à parte do assentamento Paulo Freire II - margem esquerda do Córrego Rio do Bois.

A organização da luta e a consequente conquista dos assentamentos Paulo Freire I e II, por parte do MST, ocorreu em quatro momentos ou fases, de articulação política e trabalho de base; a fase da montagem do acampamento à margem direita da rodovia Belém Brasília - BR-153 sentido do Sul para o Norte - e a chegadas das famílias camponesas; a fase da montagem do acampamento na terra e por último a ocupação definitiva da terra - momento em que cada família camponesa ocupou sua parcela.

No geral, todo esse processo se classifica popular e materialmente em três etapas: o acampamento montado à margem da rodovia, a etapa do acampamento montado na terra e a ocupação das parcelas. A primeira etapa de acampamento montado à margem da rodovia Belém

Brasília, BR-153, situada entre os municípios de Rios dos Bois e Miranorte, ocorreu no final do ano de 1999 e início de 2000. A segunda etapa, do acampamento montado na terra, ocorreu no início do ano de 2001 na área aonde as famílias camponesas iriam ser devidamente assentadas; a terceira etapa se deu com a ocupação definitiva das famílias nas parcelas, em 2002.

A abordagem teórica relaciona o espaço e a paisagem representados pelo assentamento e os aspectos de localidade como um todo, o que Milton Santos (2009) afirma:

A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos. Nesse sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos. Por isso, esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico. A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável: o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente. (SANTOS, 2009, p. 103-104).

Assim se constitui o espaço e a paisagem nos assentamentos Paulo Freire I e II. A paisagem como um conjunto de elementos que, de acordo com as ações humanas e naturais, mudam constantemente. Já o espaço materializado no assentamento é regido pelas ações humanas que modificam e transformam os elementos no espaço, o que se constitui em paisagens.

A organização do acampamento Paulo Freire à margem da rodovia Belém - Brasília, BR-153

Organizado pelo Movimento dos Sem Terra-MST no Estado do Tocantins, o acampamento Paulo Freire foi constituído por famílias camponesas que residiam nos municípios de Miracema, Guaraí, Rio dos Bois, Miranorte e Paraíso do Tocantins. A grande maioria das famílias acampadas era constituída de pessoas do próprio estado do Tocantins e a outra parte do Estado do Maranhão. Antes de virem para o acampamento, essas famílias residiam nas áreas urbanas e rurais dos municípios mencionados. Inicialmente, o acampamento foi montado com 53 famílias e, com o decorrer do processo de luta foram se agrupando mais e mais famílias até chegar ao número de 250 famílias acampadas, conforme descrito abaixo:

O acampamento Paulo Freire foi criado no dia 4 de dezembro de 2001, entre o Posto Tupi e Rio dos Bois na BR-153. Na época nós montamos o acampamento com 53 famílias. Com o decorrer do processo foi se juntando famílias no acampamento até chegar a 250 famílias e como processo de desapropriação demorou um ano de duração, esse número de famílias foi se reduzindo até chegamos com a liberação da área, que eram três fazendas: Sombra da Mata, Fazenda Toca do Boi e Fazenda Santa Helena, que comportaria 152 famílias. Hoje o assentamento é composto por 152 famílias (M. S. G., dezembro de 2015).

O MST articulou, por meio do trabalho de base, a organização de famílias sem terra, para participar e lutar por terras próximas aos municípios de Rio dos Bois e Miracema do Tocantins, uma vez que o movimento já tinha em vista algumas áreas-imóveis rurais em situação improdutiva que, segundo a análise do movimento, apresentavam possibilidades reais de serem destinadas para assentamentos de reforma agrária pelo do INCRA. Motivadas por essa perspectiva, famílias sem terras residentes nos municípios de Miracema do Tocantins, de Guaraí, de Rio dos Bois, de Miranorte e de Paraíso do Tocantins, participaram dessa empreitada ingressando na luta pela terra. Um processo metodológico de luta e organicidade que costuma ocorrer da seguinte forma:

A ocupação da terra não é o começo da luta pela terra. Quando as famílias sem-terra ocupam uma propriedade é porque há vários meses essas famílias estão se organizando para que este momento acontecesse [...] A ocupação da terra começa com o trabalho de base, quando os sem-terra do MST visitam as casas de famílias nas periferias das cidades (pequenas, médias e grandes - inclusive nas regiões metropolitanas) para convidar pessoas interessadas em participar na luta pela terra e pela reforma agrária. Essas pessoas reúnem-se em diferentes lugares: salões paroquiais, escolas, sedes de sindicatos ou na própria casa de uma das famílias participantes. [...] A proposta do MST de ocupar a terra aparece como esperança e medo. Esperança porque é uma possibilidade apresentada por quem lutou e conquistou a terra. Medo porque a luta pode levar a conquista da terra, mas também pode levar a outros caminhos, inclusive à morte no enfrentamento com os latifundiários e com a polícia. (Fernandes, 2008, p. 45).

Embora não tendo clareza e nem compreensão do que é realmente um movimento social, do que é organicidade e luta política, essas famílias que ingressaram na luta do movimento sem terra, incorporando-se ao MST, vieram com objetivo de conquistar um pedaço de terra para produzir e viver. Para o MST, as famílias camponesas que decidiram participar da luta no acampamento demonstra que eles entenderam e atenderam a mensagem dos militantes do movimento durante a realização do trabalho de base nos bairros das cidades já mencionadas.

Essa ação foi imediatamente reproduzida pelas próprias famílias camponesas, por meio dos chamamentos e convites junto aos seus familiares e amigos que se deu por meio de conversas populares junto às assembleias de cultos religiosos, junto às reuniões de associação de moradores, nas reuniões do Sindicato de camponeses, nas discussões políticas nos órgãos públicos e nas discussões políticas partidárias.

Outro elemento que ajuda esse processo é a exposição visual dos barracos no acampamento montado à margem da rodovia, que motiva comparecimentos espontâneos das pessoas no acampamento, onde um bom acolhimento e boas informações complementam o trabalho. Dessa forma, o trabalho de base desenvolveu-se num processo contínuo, método que, de forma direta e indiretamente, contribuiu para a massificação, formação e organização do acampamento Paulo Freire, resultando na conquista da terra.

Para o movimento, a montagem do acampamento às margens da rodovia, embora as famílias acampadas estejam expostas a riscos (acidentes entre outros), se constitui como espaço e território de visibilidade da situação da causa que demonstra, anuncia e denuncia o problema da falta de uma política de reforma agrária no país. Demonstra o problema do alto índice da concentração de terra existente no país, demonstra a necessidade e o desejo do camponês querer retornar para o campo.

O acampamento é um espaço e território de reclamação e denúncia social, de manifestação político social, de pressão política e de protesto. O movimento entende também que o acampamento é um espaço e território de organização social, de formação e conhecimento político da realidade, de seleção natural sob o resgate de identidade de consciência e luta de classe social, de auto definição e redefinição sobre modo de vida e modo de produção. Essas ações e relações são válidas, tanto para a primeira etapa de acampamento à margem da rodovia, como para a segunda etapa de acampamento na terra ocorrer simultaneamente-dialética.

A experiência acumulada na luta do movimento em ações dessa natureza ao longo do tempo mostrou que a grande maioria dos camponeses sem terra que participaram do processo de luta do movimento no acampamento Paulo Freire, montado às margens da rodovia Belém Brasília, BR-153 entrou na luta por meio das relações populares, motivada por uma das formas do movimento para mostrar que sua verdadeira causa é a exposição visual do espaço e território de luta. (CADERNO DE FORMAÇÃO Nº 24, 2009).

Percebe-se que os camponeses que concordaram em participar desse desafio ingressaram na luta do movimento sem-terra porque viram, nessa ação, uma alternativa e oportunidade para conquistar e reconquistar a terra; ou seja, adquirir um pedaço de terra para trabalhar, produzir e

viver, além do despertar da esperança e da realização do sonho de um dia retornar para o campo novamente, um direito que lhe foi sempre negado.

É importante mencionar que muitas dessas famílias camponesas, que há tempos viviam trabalhando, ora na cidade, ora nas “propriedades” dos latifundiários da região central do Tocantins, tentando sobreviver, são sujeitos que estão lutando constantemente contra a exploração capitalista.

A participação na luta a partir do processo de organicidade é construída, articulada, organizada e integrada dentro de um contexto político e ideológico de luta de classe e de valores socialistas junto aos companheiros, fato que contribui significativamente para fortalecimento da luta. Dessa forma, fica bem mais fácil diagnosticar e identificar os agentes externos e internos que, de certa forma, podem comprometer o processo de luta e assim inviabilizar a continuidade dos trabalhos. Essas qualidades estavam presentes nos acampamentos Paulo Freire I e II. Quando estavam nessas localidades seguia o método de organicidade baseado na pedagogia do MST, realizadas por meio de núcleos de base composta por determinado número de famílias, que varia de 10 a 15 e em setores (produção, educação e saúde) conforme a necessidade onde se discute, delibera e executa as ações encaminhadas.

Raffestin (1993) afirma que o território surge, após o espaço, mediante o ator, aqui substituído por sujeito denominado de “sujeito sintagmático” (sujeito que realiza uma ação programada). Sendo assim, os sujeitos sintagmáticos são responsáveis pela delimitação do seu território, no qual colocam sua identidade e no qual eles atribuem valor. O significado do território é utilizado quando se faz uma análise relacionada ao significado real do território para o grupo social:

[...] Definir, caracterizar, distinguir, classificar, agir implicam na noção de limite: é preciso delimitar [...] Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera de imediato, a delimitação. Caso isso não se desse, a ação se dissolveria pura e simplesmente. Sendo a ação sempre comandada por um objetivo, este é também uma delimitação em relação a outros objetivos possíveis. (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

Dessa forma, em alguns aspectos o território dos acampamentos do movimento sem terra apresenta umas características diferentes de outros territórios conceitualmente mais conhecidos. Os acampamentos do MST se constituem num território baseado num conjunto de ações que envolvem nova organização do espaço e poder inerente ao território, onde o Estado em suas diferentes formas de representação “costuma atuar”.

O movimento ao montar acampamento às margens das rodovias ou nas terras dos latifundiários, imediatamente está se formando um território, não que esta seja uma ação intencionada exclusivamente com objetivo de criar um território próprio, mas sim, por que o Estado e parte da nossa sociedade nega a sua luta, nega a sua causa e ignora a sua forma de organização, hora constituída. Ao agir dessa forma, o Estado contradiz a si próprio, pois a luta do movimento fundamenta-se em mecanismos que lhe assegura direitos. Diante desta situação, o movimento se ver obrigado a instituir formas de organização social que deem conta de acompanhar e conduzir a rotina do movimento nos territórios – acampamentos.

A organização do movimento no território dos acampamentos se baseia em valores e sentimentos com ênfase na ética, na solidariedade, no companheirismo, no consumo consciente, na liberdade, no respeito à diversidade de gênero, de raça e cultural, tendo como horizonte o socialismo-comunismo. Já o Estado, preconceituosamente, aceita parte desses valores e sentimentos, porém procura e dá mais ênfase para a moral, para competição, para o consumismo, para a apropriação privada dos meios de produção e para a exploração do trabalho, essência principal do capitalismo, que é o sistema econômico predominante.

Esses dois pontos de vista políticos, econômicos e sociais se divergem; de um lado temos o ponto de vista do movimento social que coordena o território dos acampamentos e do outro lado o ponto de vista da burguesia que, junto com o Estado brasileiro, condena toda sociedade, bem como os territórios oficialmente instituídos. Baseado nessa divergência e nas dificuldades e

resistências impostas pelo Estado contra os territórios dos acampamentos pode-se afirmar que esta relação ocorre em função do embate entre esses dois pontos de vista. Esses elementos se tornam mais visíveis quando os órgãos do Estado são chamados ou convocados a contribuir; nesse caso, na grande maioria das vezes, fazem questão de se negarem. Outro fator é quando são motivados ou convocados a intervirem; neste momento, o Estado costuma agir com força enérgica extremamente repressiva, comportando-se como se estivesse lidando com um inimigo em situação de guerra; ou seja, para o Estado dito oficial, o território e os sujeitos estranhos precisam ser derrotados e destruídos.

O território dos acampamentos e sua luta apresentam outra característica, que é a capacidade de mobilidade de uma localidade para outra. Nessa situação, em sua grande maioria, os próprios acampados realizam suas mudanças, destruindo ao mesmo tempo todas as estruturas ali montadas; ou seja, extingue-se totalmente o território físico, levando consigo o território imaginário para instituí-lo imediatamente em outra localidade. Esse território imaginário refere-se à forma de organização a ser reproduzida no novo território.

Os municípios que influenciaram na formação dos assentamentos Paulo Freire I e II

O processo de formação dos assentamentos Paulo Freire I e II se deu a partir da migração intra-estadual (ocorrida dentro do Estado do Tocantins), de forma direta e indiretamente envolveram os municípios de Miracema do Tocantins, Miranorte e Rio dos Bois, todos identificados como municípios que mais contribuíram para formação do assentamento.

De acordo com as informações levantadas junto aos assentados que participaram e contribuíram com a organização do processo de luta do movimento foi possível identificar que as famílias assentadas nos assentamentos Paulo Freire I e II, entre os anos 2001 a 2003, em sua grande maioria, são famílias que residiam na zona urbana dos municípios de Miracema do Tocantins, de Miranorte, de Rio dos Bois, de Paraíso do Tocantins, de Guaraí e de Barrolândia. Os municípios que mais contribuíram foram Miranorte com 80 famílias, Rio dos Bois com 40 famílias e Miracema do Tocantins com 10 famílias; os demais municípios – Paraíso, Guaraí, Barrolândia e Araguaína, com 33 famílias.

O quadro abaixo não pretende abordar fatores relacionados à migração de famílias dos municípios para os assentamentos Paulo Freire I e II e sim apresentar os municípios que têm relação direta e indireta com assentamento.

Tabela 1- Municípios que contribuíram para formação dos assentamentos Paulo Freire I e II.

Municípios	Ano de Criação	Área km ²	Pop. Censo 2000	Pop. Estimativa 2004	Pop. Censo 2010	Pop. Estimativa 2015	Densidade Demográfica
Miranorte	1964	1.031	11.802	12.200	12.623	13.298	12,90
Miracema do Tocantins	1948	2.656	24.444	26.729	20.684	19.634	7,40
Rio dos Bois	1991	845	2.269	2.608	2.570	2.764	3,27

Fonte: Atlas, SEPLAN-2005-2008; IBGE - Censos 2000, 2010 e estimativa da populacional 2004 e 2015.

Em relação ao processo migratório, o único município que pode ter sido beneficiado em termos de número de habitantes foi o município de Rio dos Bois, que recebeu um contingente populacional de 152 famílias. Já para os demais municípios, não é possível atribuir, pois os números de famílias que saíram dos municípios de Miracema do Tocantins e Miranorte não influenciaram no quantitativo populacional do censo demográfico.

É importante destacar que o município de Miracema do Tocantins, além de ser um município histórico, é o mais populoso da área de abrangência do assentamento. Miracema responde pelo atendimento de serviços de saúde, pois tem um Hospital Regional, o Campus da Universidade Federal do Tocantins e agências bancárias de bancos oficiais e privados. Entretanto, para os

assentados, o sentimento que eles expressam é o de indiferença ou negação, como afirma uma das lideranças que ajudou a organizar o processo de luta e conquista dos assentamentos Paulo Freire I e II. Segundo esse líder, o assentamento não obteve benefício em termos populacionais e nem nas relações políticas sociais; ou seja, nenhum tipo de ajuda em termos de serviços sociais, a não ser o do atendimento à saúde e dos serviços bancários.

Nós fizemos trabalho de base em Miracema e só conseguimos articular apenas 10 famílias que vieram participar da luta do movimento quando o acampamento foi montado na terra em sua segunda etapa de luta, período em que as famílias aguardavam o INCRA fazer a divisão e distribuição das parcelas. Foi um município que não contribuiu político e socialmente com o movimento (U.R.O, abril de 2016).

Outro município que está direta e indiretamente relacionado com os assentamentos Paulo Freire I e II é o município de Miranorte. Segundo informações da grande maioria das famílias do assentamento, eles sempre tiveram e têm boas relações com esse município. Para o movimento, essa relação começou desde início da luta do movimento na região, quando foram realizadas as primeiras articulações políticas para montagem do acampamento, ocasião em que movimento sindical e associações de moradores de bairros sediados na cidade deram importante contribuição para a articulação e organização do trabalho de base.

A articulação do trabalho de base em Miranorte e Miracema teve importante apoio do movimento sindical e de associação de moradores de bairro das respectivas cidades. Em relação ao trabalho de base desenvolvidos em Miracema e Miranorte, para o movimento, Miranorte foi significativo nos aspectos relacionados à articulação política, apoio político, apoio institucional e popular. Ou seja, houve resposta da base, o que resultou na montagem do acampamento Paulo Freire às margens da rodovia Belém Brasília entre a cidade de Miranorte e rio dos Bois. Já Miracema não conseguiu dar resposta. Para o movimento Miracema, por ser um município importante na região, não contribuiu com a luta do movimento. (U.R.O, 2016, p. 01).

Ainda segundo as falas e as informações, Miranorte se constitui como o município que mais contribuiu, pois desenvolvia um atendimento na área da educação e da saúde, além da contribuição com a vinda de muitas famílias para o assentamento.

Nesse contexto, devemos observar que no curto período em que o acampamento Paulo Freire permaneceu à margem da rodovia - primeira etapa de acampamento - as autoridades do município de Rio dos Bois e grande parte de sua população sempre se posicionaram contra o acampamento Paulo Freire. Esse município, o movimento fez um esforço para estabelecer relações políticas nos sentidos de articular trabalho de base e agregar famílias camponesas na luta, bem como apoio político e social em prol do acampamento. Mas essa ação não obteve êxito. Para o MST, tanto as autoridades do município como a comunidade era contra os sem-terra, infelizmente.

A participação dos acampados na luta MST-TO

O processo de organicidade dos acampados do acampamento Paulo Freire montado à margem da rodovia Belém Brasília BR-153 foi composto por um contingente de famílias camponesas, que iniciou com 53 famílias, chegando até o número de 250 famílias acampadas.

A participação e organicidade da luta no acampamento Paulo Freire sempre passava por constante mobilidade (famílias que estavam chegando e saindo constantemente no acampamento). Nesse período, ano 2000, uma parte das famílias morava permanentemente no acampamento e outra parte participava da luta, permanecendo no acampamento apenas alguns dias da semana (de dois a três dias) conforme as discussões e definição da coordenação do acampamento.

Essas formas de participação na luta do movimento no acampamento, às vezes, geravam

divergências entre as famílias que participavam da luta residindo na condição de acampado(a) permanentemente e as famílias que participavam da luta residindo na condição de acampado(a) não permanentemente. As famílias que optaram por residir permanentemente no acampamento são as que mais questionavam a forma de participação relacionada ao grupo de famílias que não residiam permanentemente no acampamento. Para as famílias que participavam permanentemente, esse outro grupo de famílias, estava apenas se aproveitando de sua luta.

Entretanto, essa forma de luta às vezes colocava o movimento em situação delicada, fato que obrigava a coordenação do acampamento, juntamente os dirigentes do movimento a discutirem e rediscutirem alternativas que melhor se adequassem à realidade vivenciada na ocasião, de modo a contornarem as situações desagradáveis que resultassem na perda de famílias no acampamento. Para o movimento era importante mostrar a todos que o processo de luta que envolve o retorno do camponês para o campo é bastante difícil e exige esforço de todas as famílias, independentemente da forma de participação na luta (moradia permanente ou moradia não permanente dos que participavam do acampamento). O sentimento e os valores de solidariedade devem ocorrer umas com as outras famílias, de modo que não se perca de vista o objetivo maior, que é a manutenção da organicidade e a conquista da terra. Ação que, com o decorrer do processo de luta, as famílias que apresentavam dificuldades em não residir permanentemente no acampamento costumavam a aderir à proposta da moradia permanente ou resolveram desistir da luta pela terra, uma vez que, para o movimento, esse fenômeno faz parte do processo de luta, conforme afirma abaixo:

[... as famílias que realmente ficavam direto no acampamento era só umas 50 famílias, segurando para os que ficavam mais na rua, na cidade, nós é que realmente ficava no acampamento. Minha família estava todo mundo, meu pai e os meus dois irmãos e minhas duas irmãs...], (M. L. B., janeiro/2016).

De acordo com essa fala, entende-se que esse número de 50 famílias, embora estivesse em pequena quantidade, representava uma importante força política dentro do acampamento, capaz de impor determinada opinião e resistência no sentido de estabelecer medidas de flexibilização e inflexibilização na forma de participação relacionada à condição de moradia permanente e não permanente no acampamento.

Pois esse grupo era o grupo de famílias que sempre se posicionava mais na frente da luta do movimento, era também o grupo que apresentava certo poder de resistência a ponto de dificultar ações contrárias às suas vontades.

Porém, em função da necessidade do fortalecimento da luta, chegou-se ao consenso de que era importante aglutinar mais famílias na luta do movimento; ou seja, ter mais famílias participando do processo de luta no acampamento. Nesse sentido, os acampados do acampamento Paulo Freire situado às margens da rodovia Belém-Brasília participavam na luta, pressionando o governo Federal para viabilizar o assentamento dessas famílias acampadas. Ação que, eventualmente, era feita por meio da participação nas manifestações junto ao INCRA, acompanhando de forma direta e indireta o andamento do processo de desapropriação da área-imóvel e também participando da luta política do movimento, no contexto da agenda de luta no âmbito estadual, regional e nacional.

Para o movimento, esse processo de luta, em alguns aspectos, envolve contradições relacionadas ao método de condução e organicidade nos espaços e territórios de lutas do próprio movimento, indefinição conflituosa do ideário de identidade camponesa por parte dos sujeitos envolvidos na luta, na falta de uma política efetiva de reforma agrária por parte do Estado brasileiro bem como as dificuldades por parte dos camponeses relacionados à compreensão sob o real sentido do projeto político do movimento na luta pela terra.

Nova condição de acampado e a contradição do período de purificação do INCRA

O processo de luta, iniciado com 53 famílias no acampamento Paulo Freire às margens da rodovia Belém Brasília, chegou ao total de mais de 250 famílias acampadas. Entretanto, com decorrer do tempo e devido à demora por parte do INCRA no processo de desapropriação da terra, esse número de famílias que estavam acampadas foi reduzindo a 60 famílias acampadas,

infelizmente.

Nessa ocasião, o movimento sem terra, sabendo que a área desapropriada comportaria um número maior de famílias do que as que se encontravam acampadas naquele momento, resolveu articular e rearticular a vinda de mais famílias sem terra, a fim de completar o número de 152 famílias exigido conforme a quantidade de parcelas para as famílias a serem assentadas no futuro assentamento. Ou seja, cerca de 40% desse total deveria ser composta por novas famílias camponesas a serem incorporada junto à luta do movimento, a partir da segunda etapa de luta no acampamento na terra, vivenciando uma situação de pré-assentada.

Levando em consideração a dimensão da área do futuro assentamento e do número de famílias a serem assentadas, o MST dividiu o acampamento Paulo Freire em dois grupos de famílias. Um grupo de 45 famílias e outro de 107 famílias. Numa parte da terra, à margem esquerda do rio dos Bois, área que pertencia aos imóveis das fazendas Toca do Boi e São Sebastião, foi montado o acampamento Paulo Freire II no dia 25 de janeiro de 2001. Na outra parte da terra, localidade denominada de fazenda Sombra da Mata, situada à margem direita do rio dos Bois, foi mantado o acampamento Paulo Freire I no dia 15 de fevereiro de 2001.

Figura 1: Casa sede da fazenda Sobra da Mata.



Foto: Messias V. Barbosa, 2016.

Na segunda etapa, o acampamento do grupo de famílias camponesas Paulo Freire I foi montado exatamente nas imediações da casa (foto), sede do imóvel da fazenda Sombra da Mata, espaço que pode ser entendido também como pré-assentamento. Nessa localidade, as 45 famílias permaneceram um ano (2001) vivendo na condição de acampadas ou pré-assentadas, até o INCRA concluir a demarcação das parcelas/lotes. Em seguida foram realizados os sorteios das parcelas e o assentamento das famílias em suas respectivas parcelas. Essa forma de acampar, ou pré-assentar, faz parte do método de organicidade materializada do MST, ação que ocorreu em três etapas.

Na etapa de acampamento à margem da rodovia (2000), as famílias camponesas, devidamente acampadas, naturalmente encontraram maiores desafios. De fato, nessa etapa do processo de luta, exige-se um comprometimento de cada família e também um esforço de compreensão e paciência por parte do movimento que organiza e representa essa luta.

A segunda etapa de acampamento na terra corresponde ao período em que as famílias camponesas começam a se familiarizar e a refamiliarizar com a terra. Nesse momento, algumas exigências se tornaram mais leves porque o processo de definição e redefinição por parte de cada família já foi superado enquanto residiram no acampamento à margem da rodovia.

Durante essa etapa de acampamento (2001) as famílias camponesas dos acampamentos Paulo Freire I e II se empenharam como podiam. Para eles, essa luta, apesar de ser difícil, tinha o atenuante devido ao fato de que já se encontravam na terra pretendida e isto representava uma conquista. Nesse período, superior a dois anos de luta, os acampados, de acordo com a sua organicidade, definiram que seria necessário realizar atividades produtivas em pequenas áreas para o cultivo de produtos básicos da agricultura camponesa. Dessa forma, ocuparam áreas próximas aos córregos, onde a água era mais acessível, pois já haviam sido desmatadas pelos latifundiários. Nessas áreas cada um cultivava arroz, milho, feijão, mandioca, abóbora e melancia. Enfim, produtos de primeira necessidade.

Nessa segunda etapa de acampamento, o Movimento Sem Terra se deparou com algumas

situações complexas; uma delas foi o caso do município de Rio dos Bois, que resolveu se aproximar do movimento somente quando ficou sabendo que a terra, de fato, ia ser desapropriada e que o assentamento a ser criado no município Rio dos Bois tinha capacidade para assentar 152 famílias.

Muitos políticos compareceram junto ao movimento e o INCRA solicitando vagas para o assentamento de familiares e amigos residentes no município e também fazendo promessas políticas de apoio e ajuda. Depois de muitas discussões e debates, reconhecendo que o movimento, na ocasião estava precisando de mais famílias para completar o número necessário exigido pelo o assentamento, resolveram aceitar e permitir o ingresso 45 famílias do município de Rio dos Bois, para acamparem na terra junto com as famílias que vieram do acampamento da rodovia Belém Brasília.

Para o movimento sem terra, a iniciativa de políticos do município de Rio dos Bois de articular meios para ingresso de famílias proveniente do seu município para serem assentados na área do assentamento Paulo Freire, foi uma manobra política eleitoral que se confirmou quando um dos principais articuladores dessa ideia, o senhor Fragoso, foi eleito para o cargo de vereador no ano seguinte (2002), como afirma uma das lideranças do movimento na época.

Na segunda etapa de acampamento, tivemos certa dificuldade, pois apareciam muitos oportunistas querendo tirar proveito da situação. Um dos primeiros foi o município de Rio dos Bois que, quando o acampamento estava na beira da estrada, eles negaram qualquer tipo de apoio. Agora que o assentamento está saindo e vai pertencer ao seu município, eles estavam querendo vagas para assentar sua gente. Nós fizemos a discussão e cedemos 40 vagas com a seguinte condição: de que eles deveriam participar da luta no acampamento dentro da terra. Ficaram 5 famílias na Paulo Freire I e 35 na Paulo Freire II. Na realidade foi política porque o Fragoso foi eleito para vereador. (U.R.O, fevereiro de 2016).

As lideranças do movimento perceberam que o primeiro plano dos políticos do município de Rio dos Bois era o interesse político eleitoral. Mesmo assim, essa relação poderia ser um bom passo para construir um caminho que pudesse no presente e no futuro, beneficiar o assentamento.

No decorrer do processo de implantação dos assentamentos Paulo Freire I e II, ocorreram algumas divergências entre as famílias assentadas e as autoridades do município de Rio dos Bois. Foi sobre a atenção política e social nas áreas de serviços públicos relacionados com a construção e pavimentação de estradas vicinais e de educação e de saúde; solicitações estas que normalmente ocorriam na época no entanto diversos entraves políticos e burocráticos impediram o atendimento e execução. Nesse momento de conquista parcial, a necessidade exigiu de cada família camponesa um desafio e comprometimento ainda maiores, pois na ocasião houve necessidade de pensar, planejar, organizar e construir algo que desse conta dos desafios existentes no presente e no futuro.

A vivência nessa etapa de luta ano (2001) ocorreu num período de carência, que significava para os camponeses um processo muito lento. Enquanto isso, os camponeses continuavam cultivando pequenas roças e trabalhavam em serviços temporários (empreitas e diárias afins...); atuavam na condução das atividades articuladas, organizativas internas e externas do assentamento. É claro que nem tudo era cem por cento, às vezes ocorria divergência interna e externa. Porém, mesmo enfrentando certa dificuldade, a estrutura organizativa era reconstruída.

Divisão parcelar e a propriedade da terra nos assentamentos Paulo Freire I e II

Tecnicamente o principal sujeito responsável pelo processo de desapropriação era o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Segundo dados desse Instituto, a área foi desapropriada no dia 22 de novembro de 2001 e no ano seguinte, 20 novembro de 2002, foram criados os assentamentos Paulo Freire I e II. Para o INCRA, esse um ano (2001 a 2002) tratou-se de um período de carência que, foi desgastante para as famílias camponesas, que há tempos estão esperando a terra. Por outro lado esse intervalo de tempo é importante porque se trabalha na

seleção das famílias que melhor se enquadram nos critérios de beneficiários do projeto de reforma agrária.

Vale destacar que o movimento também tem seus critérios, pelos quais se requer um processo de formação que, em tempo de luta, acaba sendo um aliado importante. Enquanto o INCRA se baseia apenas em critérios de seleção que envolvem incapacidade de trabalho institucionalizada (aposentado por invalidez), fator criminal, e a vínculo empregatício relacionado ao serviço público fora da área de assentamento, nível de renda pessoal acima de três salários mínimos e nível de renda familiar acima de cinco salários mínimos.

Já o movimento, para além desses critérios, trabalha a formação da consciência de classe social, no sentido do regaste da identidade de classe e da compreensão de luta de classe, razão pelo qual o fator tempo de luta no movimento se constitui um aliado importante, independentemente do período do tempo de participação na luta. Claro que, para o movimento, as famílias que têm um histórico de tempo de luta acumulada conseguem assimilar as mudanças ocorridas no decorrer do processo de luta.

Entretanto, quando a luta se prolonga para além de três anos, já se transforma em um tipo de prova de fogo extremamente desagradável. Pois o órgão, responsável direto para criação e desenvolvimento de meios necessários para resolução desse problema, contribuiu e dificulta ainda mais o processo, alimentando, assim, uma situação de vida cada vez desconfortável para os camponeses, principalmente para aqueles que estão com mais de três anos a espera da terra. Embora os camponeses do acampamento Paulo Freire reclamem sob a demora do processo de desapropriação e o assentamento das famílias na terra por parte do INCRA, no geral, no ponto de vista político e formal do órgão, entende-se que o prazo estava dentro da normalidade.

Porém, tanto para o movimento como para as famílias camponesas, há o entendimento que o Estado brasileiro deveria sim, criar todas as condições necessárias para evitar que as pessoas que querem ter acesso a terra não tenham que se submeter a situações extremas de luta e resistência, como afirma:

Para nós apropriar da terra tivemos que ficar na beira da estrada um ano e oito meses num barraquim de lona aguentando o sol e a chuva. Quando vinha a chuva tudo bem porque ficava frio, quando vinha o sol, esquentava, todo mundo para fora. Mas conseguimos, foi muito difícil, mas conseguimos. (F. R. O, outubro/2011).

Esse ponto de vista expressa o desafio de suprir a necessidade de ordem econômica e familiar relacionado à produção básica de alimentação, sentimento de liberdade, paz, tranquilidade e individualidade. O que, em parte, contraria o propósito do movimento, que é a formação da consciência, identidade de classe, compreensão de luta de classe e socialismo.

Em relação aos assentamentos Paulo Freire I e II, o movimento foi surpreendido porque estava na expectativa de uma área de terra que comportasse menos famílias. Entretanto, a terra conquistada oferecia capacidade para assentar mais de 150 famílias. Isso obrigou o movimento a se desafiar, a articular e rearticular a vinda de mais famílias sem terra para o acampamento, no sentido de atender à demanda ofertada pela terra. Portanto, a grande maioria das famílias dos acampamentos Paulo Freire I e II, sobretudo Paulo Freire II, ingressou na luta do movimento a partir do acampamento na terra, conforme: .

Quando nós chegamos aqui era só mato, não tinha residência não tinha nada; então, a transformação foi às próprias pessoas que fizeram... começaram a cultivar as roças. Tem o lado bom mais também tem o mal por que a partir daí começou a destruição, começou as derrubadas. As pessoas nunca preservam como é pra preservar, desmatam lá dentro dos rios, dentro dos córregos, isso tudo vai prejudicando. (I. C. A., outubro/2011).

Essa fala deixa claro o desafio que os camponeses tiveram que enfrentar e também destaca a preocupação com as áreas de preservação permanente, no sentido de reclamar contra

o desmatamento desordenado que ocorreu na área antes de ser destinada para implantação do assentamento. Fatos que motivaram a participação dos camponeses na definição da área a ser destinada para as parcelas e também a área a ser destinada para reserva legal. Nesse sentido a área destinada para as parcelas soma um total de 65 por cento da área total do assentamento; já a área destinada para reserva legal, conforme determinação da Lei ambiental – Federal e Estadual – define que, no bioma cerrado, 35% da área deve ser destinada para reserva legal. É importante lembrar que, neste quantitativo, não estão inclusas as APPs - Áreas de Preservação Permanente que inclui a parte que margeia os córregos e rios.

Essa iniciativa foi importante porque pôde evitar questionamentos, reclamações e problemas futuros com relação à localização inadequada de áreas para cultivo de produtos da agricultura camponesa e áreas com problemas de recursos hídricos. Para o movimento, esta ação foi importante porque os camponeses tiveram a oportunidade de participar da seleção da área onde deve situar as suas parcelas, uma vez que essa ação já faz parte da metodologia do movimento quando se trata da definição da área onde as parcelas devem ser situadas, levando em consideração os aspectos e fatores que propicia ao desenvolvimento de atividades produtivas afins. Esse levantamento o movimento denomina de análise territorial, onde se define primeiro a área ou as áreas que devem ser mais bem aproveitadas para atividade agrícola e, por último, as áreas que devem ser destinadas para reserva legal. Nesse momento, a única área que não pode ser definida, são as áreas de APPs, - Área de Preservação Permanente. Pois essas áreas ficam definidas pelas normas da lei ambiental Federal e Estadual.

O MST passou adotar essa metodologia em seus assentamentos após conhecimento da existência de muitos problemas e conflitos relativos à definição de localidades destinadas para parcelas em áreas impróprias para atividades agrícolas. Alguns desses questionamentos se baseiam em função das limitações do INCRA em não ter condição de fazer um levantamento técnico que contemple essa necessidade e acaba propondo uma divisão parcelar dando mais prioridade para as áreas de preservação ambiental do que para as áreas propícias ao desenvolvimento de atividades agrícolas. Isso acontecia e ainda acontece porque o INCRA, na grande maioria das vezes, fazia e faz o mapa de divisão das parcelas sem conhecimento, sem a participação e o consentimento das famílias camponesas a serem assentadas em determinada localidade. Muitas vezes nem o próprio INCRA tem conhecimento da real situação da terra *in-loco*.

O INCRA, órgão responsável pela criação de assentamentos de reforma agrária no país, tem sido uma instituição que, desde a redemocratização do país (final década de 1980 do século XX), vem passando por um processo contínuo de sucateamento em todas suas estruturas; ação que reflete diretamente na política relacionada à pequena agricultura, nos programas relacionados às áreas de reforma agrária, nos projetos de reforma agrária e na vida dos camponeses que necessitam de apoio e suporte desse órgão. Entretanto, acreditamos que as ações do processo de sucateamento gradativo de órgãos dessa natureza e que tem como finalidade o desenvolvimento de ações que atenda às necessidades dos camponeses, seja uma postura adotada pelo o Estado brasileiro que, ao fazer opção exclusiva pela agricultura capitalista, vem procurando, de todas as formas e cada vez mais, inviabilizar a agricultura camponesa, estabelecendo assim uma luta contra a classe social-camponês.

Para o movimento, independentemente da orientação política, econômica e social contra os camponeses, entende-se que ele precisa ser sujeito da ação e na ação. Dessa forma, mesmo enfrentando as diversidades contrárias à nossa luta, pode-se construir algo que garanta o fortalecimento da luta dos camponeses na terra evitando, assim, seu retorno para as periferias das cidades novamente ou para trabalho em situação análoga à escravidão nas terras dos latifundiários ou mesmo ser criticado por não querer trabalhar, não ficar na terra ou por que são preguiçosos.

Nesse sentido o assentamento, materializado pela conquista da terra, se encontra assinalado pelas diversas atividades produtivas, pelas relações de poder (MST, associação e o poder público municipal) e pelas religiões (católica e evangélica). O conjunto de forças de poderes pode ser definido como político social, poder das atividades produtivas, poder institucional e poder simbólico. Assim se constituem as forças sociais que compõe a organização do assentamento. São forças que, de forma direta e indireta, explícita e implicitamente estão em constantes disputas por espaços junto à comunidade. Essas forças constituem um território marcado por relações e correlações de poder,

de disputas entre diferentes sujeitos sociais que atuam material e simbolicamente na produção e reprodução do espaço e ao mesmo tempo, impõe aos camponeses modos e projetos de vidas, às vezes contrárias às suas vontades.

Geralmente, esse conjunto de ações atinge classes e sujeitos sociais que já vêm de um processo de natureza complexa, em que as famílias camponesas, ora assentadas em suas parcelas, passaram por diversos momentos e situações delicadas que exigiram articulação e organização de acampamentos em diferentes etapas, sempre alimentado pela esperança da conquista definitiva da terra e assim desenvolver seu modo de produção e seu modo de vida. Entretanto o Estado, a serviço do capital, se constitui como uma força hegemônica que usa, subordina e aliena às outras forças e sujeitos sociais de acordo com os interesses que os Estado costumam representar.

No momento de ocupação das parcelas e início das atividades produtivas, paralelamente há necessidade de lutar em busca de apoio político social para a obtenção de recursos para estruturação de serviços públicos essenciais para a comunidade, tais como, estradas, escola, atendimento à saúde, assistência técnica para produção, abastecimento de água. Na busca desses apoios é comum a existência de desentendimentos e até mesmo conflitos entre os camponeses e o órgão oficial (INCRA/MDA).

Para os camponeses que já travam um conflito histórico e ferrenho com o capital e com o Estado brasileiro, a situação tende a se agravar cada vez mais. Há quem diga que esse tipo de comportamento e ação é, na realidade, uma estratégia do capital em conjunto com o Estado, visando desarticular toda e qualquer movimentação de luta em torno da “reforma agrária”. Isso está tão evidente até mesmo nos baixos números de projetos de assentamentos de reforma agrária, conquistados com muitas dificuldades no país, que expressa claramente a orientação do Estado brasileiro e a manifestação de grande parte de funcionários de órgãos oficiais contrários aos interesses dos camponeses, criando assim inúmeros obstáculos para o não atendimento de suas solicitações.

Acredita-se que esse posicionamento, por parte de funcionários públicos, está relacionado à formação político-social do sujeito, à opção de defesa da classe em favor do pequeno burguês, que ocorre de modo consciente e inconsciente quanto ao caráter de identidade de classe social e pertença à determinada classe social. Entretanto, esse posicionamento, orientação ou definição está ligado a algo maior que é o Estado brasileiro, o poder central que determina. São orientações condicionadas à política de governos que, por sua vez, obrigatoriamente deve ser condicionada à orientação do capital que, às vezes apresenta divergências; ou seja, o próprio capital controla as ações e os conflitos que parece estar em contradição consigo mesmo, quando procura inviabilizar aquilo que antes ele próprio viabilizava. (OLIVEIRA, 2007).

Os camponeses envolvidos nessa relação são ludibriados pelos órgãos oficiais (MAD/INCRA) que desenvolvem suas atividades condicionadas à agricultura capitalista que direta e indiretamente influencia as políticas sociais que são destinadas para beneficiar os camponeses.

Exemplos dessas ações são os programas e projetos de assistência técnicas normalmente estabelecidas pelos órgãos oficiais e instituições financeiras oficiais e privados, cujas atividades produtivas a serem desenvolvidas pelos camponeses, bem como os produtos, já são e vêm previamente definidos e impostos pelos órgãos do Estado brasileiro; ou seja, uma espécie de pacote agrícola com vista a beneficiar o mercado, as casas de implementos agrícolas da cidade e demais sujeitos, os produtores ligados à atividade monocultura-soja e outros, presente no campo próximo aos assentamentos rurais.

Um modelo de política agrícola que não leva em conta a orientação produtiva do movimento, a aptidão ou vocação econômica local, a característica ambiental local ou regional relacionada ao solo à água, ao relevo e vegetação e, de fato, a real viabilidade técnica das localidades para cada tipo de atividade produtiva e também muitas vezes contra a própria vontade dos camponeses. Em meio a essas tramas e limitações, os camponeses dos assentamentos Paulo Freire I e II se envolveram e agora estão lutando continuamente para resistirem contra as pressões impostas pelo o Estado brasileiro e pela agricultura capitalista.

Outra forma de luta, resistência e conflitos ocorrem no momento em que o movimento acaba sendo obrigado a aceitar e adotar as ideias e proposições impostas pelo Estado brasileiro, sob uma das novas formas de organicidade dos camponeses a serem implantadas no assentamento

a partir das divisões e ocupações das parcelas, que são a criação de uma associação – instituição jurídica conforme a ordenação geográfica do assentamento e a quantidade de famílias que passa a representar.

Oficialmente grande parte das discussões e negociações junto aos órgãos oficiais substituiu o que antes os acampados em suas diferentes etapas de acampamentos faziam numa outra lógica (a lógica da atuação e ação coletiva) enquanto que agora são organizados em outro instrumento – associações, que atuam de forma representativa por meio da figura do presidente de cada associação.

Porém, o movimento-MST, quanto instituição política social organizadora de todo processo que resultou na conquista dos assentamentos Paulo Freire I e II, contribuiu para organização das instituições jurídicas no assentamento, embora ainda continue representado, acabou criando instrumentos para estabelecer uma correlação de forças divergente consigo próprio, contribuído assim para surgimento das divisões políticas e conflitos internos.

Em relação aos assentamentos Paulo Freire I e II, no geral, a luta e conquista da terra é resultado do processo de luta iniciado por parte de algumas famílias. Das 152 famílias atualmente assentadas nos assentamentos Paulo Freire I e II, identifica-se que 123 famílias não participaram da luta do movimento em nenhuma das etapas de acampamentos, seja às margens da rodovia ou na terra, o que corresponde a 80,9% do total de famílias assentadas. Vemos que apenas 17 famílias, o que corresponde a 11,1% do total participaram da luta do movimento no acampamento à margem da rodovia. Observamos também que somente 12 famílias participaram da luta do movimento nos acampamentos na terra, o que corresponde a 7,9% do total de famílias acampadas.

A grande maioria das 123 famílias camponesas que chegaram para o assentamento depois das duas etapas do processo de luta concluído, para o movimento, são camponeses que não vivenciaram momentos e situações consideradas delicadas durante as etapas e do processo de luta. Há indícios que a grande maioria desses camponeses tenha adquirido suas parcelas de terra por meio da compra e venda. São aqueles camponeses que optam conquistar e reconquistar da terra evitando se expor ou ingressar diretamente numa frente de luta com essa finalidade. Para o movimento, parte dessas famílias camponesas são sujeitos que estão no campo por opção periódica, momentânea, terapêutica, modo de vida aventureiro e não como modo de vida camponesa e nem luta de classe – camponês.

No geral podemos afirmar que grande parte da evasão de famílias camponesas dos assentamentos Paulo Freire I e II ocorreu e ocorre por diversos fatores: o primeiro está relacionado à qualidade da terra, que apresenta características de solo bastante arenoso não muito apropriado para atividade de agricultura camponesa, conforme a cultura. Outros aspectos observados é a falta de assistência técnica que pudesse dar suporte e orientação quanto à produção e garantia de comercialização dos produtos, a falta de estruturas e serviços de atenção social como estradas-vias de acesso adequadas, a falta de atendimento educacional no assentamento que contemple o ensino básico, a falta de atenção à saúde e a falta de espaços voltados para a prática de esporte/lazer e atividades culturais que contemple os anseios, sobretudo da juventude.

Considerações finais

O trabalho fez uma abordagem de recorte temporal e espacial envolvendo as lutas e conquistas dos movimentos sociais, dos movimentos sindicais, do movimento de pastorais sociais e de movimento de associação diversa de luta pela terra no campo, bem como a organização regional dos territórios camponeses no Estado do Tocantins, compreendendo os anos de 2000 a 2015. Em relação aos assentamentos Paulo Freire I e II a análise foi dividida em duas etapas: a primeira refere-se ao ano 2000, período em que as famílias camponesas residiram no acampamento à margem da rodovia Belém Brasília; a segunda etapa se refere ao ano de 2001, período em que as famílias camponesas permaneceram acampadas na terra e já a terceira etapa se refere ao ano de 2002 a 2015, período de ocupação das parcelas e desenvolvimento das atividades produtivas.

Ressalto que o assentamento Paulo Freire foi concebido num período político e social envolvendo modelos agrícolas de conciliação: de um lado, criando uma política de assentamentos e incentivo à agricultura camponesa - familiar com produção de alimentos para o programa de combate à pobreza e de outro lado à injeção de vultosos investimentos econômicos no

agronegócio, para produção em grande escala e exportação. As duas políticas acabaram reforçando a predominância econômica do grande latifúndio, sob a égide do agronegócio ou grande capital deste setor (nacional e, sobretudo, estrangeiro), conservando a manutenção da concentração da estrutura agrária brasileira.

Nesse contexto se insere a luta dos camponeses dos assentamentos Paulo Freire I e II, organizado pelo MST-TO, uma luta e conquista que não se traduz apenas no aspecto da posse da terra em si e nos aspectos produtivos, abrange também questões políticas da luta dos camponeses, tais como, manifestações em busca de recursos para a produção, organicidade do assentamento em associações e grupos, articulação e auxílio as manifestações de luta por direitos sociais e luta pela terra.

O estudo contribuiu para afirmação e reafirmação da luta dos camponeses dos assentamentos Paulo Freire I e II por meio do resgate de suas lutas, da autoestima, da valorização e importância das conquistas para aqueles que participaram desse processo e mostrar para os que chegaram depois que a constituição deste assentamento se deu por meio de um processo de luta organizado pelo Movimento Sem Terra, iniciado na região no final do ano de 1999.

Referências

ANDRADE, Manoel Correia de, 1922- **Nordeste: alternativa da agricultura**. – Campinas, SP: Papiros, 1988.

ATLAS DO TOCANTINS: **subsídios ao planejamento da gestão territorial**. Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública - Seplan, 2012.

BARBOSA, Messias Vieira, **Assentamento Padre Josimo I e II: a posse definitiva da terra e novas realidades**. Trabalho de conclusão de Curso, em Geografia Bacharelado, Universidade Federal do Tocantins. Campus de Porto Nacional, 2009.

COSTA, Madalena Varzinha F. M. **Reflexões de uma experiência realizada no Programa Projovem Campo - Saberes da Terra no assentamento Paulo Freire – município de Rio dos Bois-TO**, p. 233. **Anais-Seminário do Grupo de Pesquisa OLIVEIRA**, Antônio Miranda. Educação, Cultura e Mundo Rural: Miracema do Tocantins, TO. Fundação Universidade Federal do Tocantins, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: *Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil*. In: Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp. Versão impressa, 2008.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: **Tocantins-Rio dos Bois – Histórico**. <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=171870&search=tocantins|rio-dos-bois|infograficos:-historico>. Acessado em janeiro de 2016.

LIRA, Elizeu Ribeiro. **A Gênese de Palmas – A Geopolítica de (Re) Ocupação Territorial da Amazônia Legal – Goiânia: Kelps, 2011**.

MATOS, Patrícia Francisca de; PESSÔA, Vera Lúcia S. **Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária**. In: RAMIRES, Júlio César de L.; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_avioaldo.pdf>. Acessado em Janeiro de 2016.

MST. Método de trabalho popular. Caderno de formação nº 24, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. 1926-2001. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** – 4 ed. 5ª reimpressão – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

Recebido em 1º de outubro de 2019.

Aceito em 11 de novembro de 2019.